

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.435, DE 2001

Altera a Lei nº 9.605, de 13 de fevereiro de 1998, no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais.

Autores: Deputados JOÃO GRANDÃO e
LUCIANO ZICA

Relator: Deputado LUIZ CARLOS SANTOS

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 9.605, de 13 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, aperfeiçoando as disposições referentes à apreensão e ao confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais.

Art. 2º O art. 24 da Lei nº 9.605, de 13 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24. A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá decretada a sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Nacional de Meio Ambiente. (NR)”

Art. 3º O capítulo III da Lei nº 9.605, de 13 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

'CAPÍTULO III: DA APREENSÃO E DO CONFISCO DO PRODUTO E DO INSTRUMENTO DA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA OU DE CRIME'

Art. 25. Verificada a infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.

§ 1º Os animais serão libertados no seu "habitat", após verificação da sua adaptação às condições de vida silvestre, ou entregues a jardins zoológicos, fundações ambientalistas ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

§ 2º Na impossibilidade de atendimento imediato das condições previstas no §1º, os animais poderão ser confiados a fiel depositário.

§3º Tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão estes avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.

§4º A avaliação de produtos perecíveis será efetivada pela autoridade responsável pela apreensão.

§5º Os produtos e subprodutos da fauna não perecíveis serão avaliados e destruídos, ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais.

§6º Os produtos perigosos para o meio ambiente ou a saúde pública serão mantidos sob condições de segurança e, quando isso não for possível, serão avaliados e destruídos ou inutilizados.

§7º Os veículos apreendidos serão confiados temporariamente a fiel depositário ou à autoridade ambiental competente, enquanto a apreensão interessar ao processo penal ou para efeito do previsto no §9º do art. 72. (NR)

Art.25-A Os instrumentos da infração que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constituam ato ilícito serão confiscados em favor do órgão responsável pela apreensão.

Parágrafo único. Os instrumentos ilícitos confiscados serão vendidos, garantida, quando couber, a sua descaracterização por meio de reciclagem.

Art. 25-B. Ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, e sem prejuízo de outros efeitos previstos pela legislação penal, observado o disposto nos §§ 1º a 4º do art. 25 desta Lei, é efeito da condenação por crime previsto nesta lei a perda, em favor do Fundo Nacional de Meio Ambiente, do produto do crime e de

qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do mesmo.

Parágrafo único. Quando o bem de que trata este artigo for veículo, será destinado às atividades de fiscalização ambiental.

Art. 4º O art. 72 da Lei n.º 9.605, de 13 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 72

XII – confisco de instrumentos ilícitos e produtos da infração apreendidos;

.....

§ 6º A apreensão, a destruição e o confisco obedecerão ao disposto no capítulo III desta Lei.

.....

§ 9º Os veículos apreendidos somente serão liberados após a conclusão do processo administrativo e pagamento da multa estabelecida.

§ 10. O confisco do produto da infração apreendido, aplicável como sanção administrativa exclusivamente nos casos em que a infração não constituir crime, será efetivado em favor do órgão responsável pela apreensão. (NR)

Art. 5º Revogam-se o art. 35 da Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965 e o art. 33 da Lei n.º 5.197, de 3 de janeiro de 1967.

Art. 6º Esta lei entra em vigor no prazo de cento e vinte dias contados da data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado LUIZ CARLOS SANTOS
Relator